

STJ00120451

ORGANIZADORES
JORGE RENATO DOS REIS
JULIANA FOLLMER BORTOLIN LISBOA

INTERSECÇÕES JURÍDICAS ENTRE O PÚBLICO E PRIVADO

**OS NEGÓCIOS JURÍDICOS SOB REGULAÇÃO DO
PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SOLIDARIEDADE**



EDITORA ÍTHALA
CURITIBA – 2023

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Godoy Dotta – Doutor e mestre em Educação. Especialista em Administração, Metodologia do Ensino Superior e em Metodologia do Conhecimento e do Trabalho Científico. Licenciado em Sociologia e Pedagogia. Bacharel em Tecnologia.

Ana Claudia Santano – Pós-doutora em Direito Público Econômico pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutora e mestre em Ciências Jurídicas e Políticas pela Universidad de Salamanca, Espanha.

Daniel Wunder Hachem – Professor de Direito Constitucional e Administrativo da Universidade Federal do Paraná e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutor e mestre em Direito do Estado pela UFPR. Coordenador Executivo da Rede Docente Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo.

Emerson Gabardo – Professor Titular de Direito Administrativo da PUC-PR. Professor Associado de Direito Administrativo da UFPR. Doutor em Direito do Estado pela UFPR com Pós-doutorado pela Fordham University School of Law e pela University of California - UCI (EUA).

Fernando Gama de Miranda Netto – Doutor em Direito pela Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.

Professor Adjunto de Direito Processual da Universidade Federal Fluminense e membro do corpo permanente do Programa de Mestrado e Doutorado em Sociologia e Direito da mesma universidade.

Ligia Maria Silva Melo de Casimiro – Doutora em Direito Econômico e Social pela PUC-PR. Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP. Professora de Direito Administrativo da UFC-CE. Presidente do Instituto Cearense de Direito Administrativo - ICDA. Diretora do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA e coordenadora Regional do IBDU.

Luiz Fernando Casagrande Pereira – Doutor e mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Coordenador da pós-graduação em Direito Eleitoral da Universidade Positivo. Autor de livros e artigos de processo civil e direito eleitoral.

Rafael Santos de Oliveira – Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre e graduado em Direito pela UFSM. Professor na graduação e na pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria. Coordenador do Curso de Direito e editor da Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global e da Revista Eletrônica do Curso de Direito da mesma universidade.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

161 Interseções jurídicas entre o público e privado: os negócios jurídicos sob regulação do princípio constitucional da solidariedade / organização de Jorge Renato dos Reis, Juliana Follmer Bortolin Lisboa – Curitiba: Íthala, 2023.
160p.; 22,5cm

Vários colaboradores
ISBN: 978-65-5765-191-9
1. Solidariedade. 2. Direito público. 3. Direito privado. 4. Direito à cidade. 5. Interseções jurídicas. I. Reis, Jorge Renato dos (org.). II. Lisboa, Juliana Follmer Bortolin (org.).

CDD 340.1 (22.ed)
CDU 3 40

1263967

Editora Íthala Ltda.
Rua Pedro Nolasko Pizzatto, 70
Bairro Mercês
80.710-130 – Curitiba – PR
Fone: +55 (41) 3093-5252
Fax: +55 (41) 3093-5257
<http://www.ithala.com.br>
E-mail: editora@ithala.com.br

Capa: Antônio Dias
Revisão: Aurora Alves
Diagramação: Luana Julião Weldt

abdr
Associação Brasileira de Direitos Remuneráveis
Respeite o direito autorais!

Informamos que é de inteira responsabilidade dos autores a emissão de conceitos publicados na obra. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Íthala. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

SUMÁRIO

A PESSOA HUMANA E O DIREITO À CIDADE SOB A PERSPECTIVA DO PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE.....	11
1. Introdução	11
2. Breve introdução à urbanização, ao direito à moradia e à realidade brasileira	13
3. O direito à cidade de Lefebvre e a vida em sociedade.....	17
4. O paradigma da solidariedade concretizando a dignidade humana e o direito à cidade.....	21
5. Conclusão	26
Referências	27
Jorge Renato dos Reis Juliana Follmer Bortolin Lisboa	

O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SOLIDARIEDADE COMO FERRAMENTA DE EFETIVAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA PELA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.....	29
1. Introdução	29
2. O princípio constitucional da solidariedade	30
3. A dignidade da pessoa humana.....	33
4. O instituto da regularização fundiária	36
5. Conclusão	39
Referências	40
Jorge Renato dos Reis Bárbara Santiago de Lima	

O DIREITO FUNDAMENTAL À CIDADE URBANIZADA SOB À LUZ DO PARADIGMA DO SOLIDARISMO.....	43
1. Introdução	43
2. O direito fundamental à cidade urbanizada	44
3. O paradigma do solidarismo.....	49
4. Conclusão	54
Referências.....	55
Jorge Renato dos Reis Marcela Araujo Jantsch	

INTERSECÇÕES JURÍDICAS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NUM CONTEXTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS AMBIENTAIS E O PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE:

NOTAS INTRODUTÓRIAS..... 59

1. Introdução 59

2. As mudanças climáticas em contexto contemporâneo 60

3. O princípio da solidariedade e a questão ambiental 62

4. Conclusão 63

Referências..... 65

Jorge Renato dos Reis | Ricardo Luiz Boettcher

A SOLIDARIEDADE NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL..... 67

1. Introdução 67

2. A função social da propriedade 68

3. A regularização fundiária de interesse social 70

4. Solidariedade social 71

 4.1. Solidariedade 71

 4.2. Princípio constitucional da solidariedade 74

 4.2.1. Princípio da solidariedade social no direito à moradia 75

5. Conclusão 77

Referências..... 78

Joslaine Valzelir de Menezes Santos

DIREITO À PRIVACIDADE E O ALCANCE DO DIREITO DOS HERDEIROS SOBRE O PATRIMÔNIO DIGITAL DEIXADO PELO DE CUJUS 81

1. Introdução 81

2. Direito à privacidade..... 82

3. A transmissão sucessória da herança digital e a proteção ao direito à privacidade do falecido 85

4. Conclusão 90

Referências..... 92

Maitê Damé Teixeira Lemos | Letícia Joana Müller

O EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DO DEVEDOR FIDUCIANTE NO PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL PREVISTO NA LEI N. 9.514/1997 SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO SOCIAL À MORADIA..... 95

1. Introdução 95

2. A alienação fiduciária de bens imóveis: aspectos conceituais a partir da Lei n. 9.514/1997..... 97

3. Do procedimento extrajudicial previsto na Lei n. 9.514/1997 e da necessidade da regular intimação do devedor fiduciante para o exercício do direito de preferência na alienação fiduciária de bens imóveis: análise doutrinária e jurisprudencial 99

4. Direito fundamental à moradia e dignidade da pessoa humana 104

5. Conclusão 106

Referências..... 107

Luiza Scapin | Karol Elis Kellermann Rohde

LIMITES E POSSIBILIDADES DA UTILIZAÇÃO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SOLIDARIEDADE COMO FUNDAMENTO PARA A INSTRUMENTALIDADE DOS CONTRATOS ENVOLVENDO AS RELAÇÕES FAMILIARES..... 109

1. Introdução 109

2. A superação da dicotomia direito público *versus* direito privado por meio do princípio constitucional da solidariedade..... 110

3. Principais características das entidades familiares contemporâneas 112

4. Limites e possibilidades nos negócios jurídicos provenientes de relações familiares e a utilização do princípio constitucional da solidariedade..... 115

5. Conclusão 119

Referências..... 120

Maitê Damé Teixeira Lemos | Roger Wiliam Bertolo

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.357: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA SOB O VIÉS DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SOLIDARIEDADE 123

1. Introdução 123

2. Princípio constitucional da solidariedade..... 124

3. Estatuto da pessoa com deficiência e a educação inclusiva 125

4. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) 5.357 128

5. Conclusão 130

Referências..... 131

Priscila de Freitas | Christian Branco

SOLIDARIEDADE COMO PRINCÍPIO VIABILIZADOR DE NEGÓCIOS JURÍDICOS EXTRAJUDICIAIS: UMA ANÁLISE DA GRATUIDADE NOS ATOS NOTARIAIS E REGISTRAIS 133

1. Introdução 133

2. O princípio constitucional da solidariedade como balizador para a sociedade e para o direito..... 135

3. O direito notarial e registral solidarista sob a ótica constitucional Brasileira.. 138

4. Conclusão 141

Referências..... 142

Ricardo Anderson Rios de Souza Martins | Henrique Missau Ruviero

A CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE NOS NEGÓCIOS JURÍDICOS EXPRESSOS PELAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS 143

1. Introdução 143

2. Desenvolvimento nacional e o princípio da solidariedade social..... 144

3. A caracterização das parcerias público-privadas como negócios jurídicos .. 146

4. A concretização do princípio da solidariedade nas parcerias público-privadas 149

5. Conclusão 152

Referências..... 152

Suelem da Costa Silva

ÍNDICE ALFABÉTICO..... 155